

A Família Contemporânea - Entre Tradições e Perícias

*The Contemporary Family -
Between traditions and Skills*

Caio Monteiro Silva, Angela Cardoso Andrade

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender os modos de subjetivação nas famílias contemporâneas a partir de um resgate sócio-histórico de sua concepção e estruturação. Caracterizando os modelos familiares, ao longo da história, e demarcando as principais mudanças presentes na contemporaneidade, apresenta-se através da dissolução das dicotomias natureza/cultura e indivíduo/sociedade as formas de subjetividade atuais na relação com as famílias contemporâneas que se conduzem e se mantêm por um novo princípio de organização distinto da autoridade central, além da mútua responsabilidade na produção deste novo contexto de crise atual ou de identidade atual.

Palavras-chave

Família; subjetividade; contemporaneidade.

Abstract

This research aims to understand the different ways of subjectivity in contemporary families from a socio-historical review of its foundation and structure. The study characterizes the family patterns, throughout history and points out the major changes seen nowadays. By dissolving dichotomies nature/culture and individual/society, it shows the current kinds of subjectivity in the relationship between members of contemporary families, which are led and sustained by a new principle of organization, distinct from the central authority, in addition to mutual responsibility in producing this new context of current crisis or current identity.

Keywords

Family; subjectivity; contemporaneity.

Caio Monteiro Silva

**Universidade de Fortaleza
- UNIFOR**

Psicólogo e psicoterapeuta.
Psicólogo da Universidade de Fortaleza (Unifor). Coordenador pedagógico do Instituto Gestalt do Ceará - IGC.

**caio_monteiro_silva
@yahoo.com.br**

Angela Cardoso Andrade

**Universidade de Fortaleza
- UNIFOR**

Psicóloga e psicoterapeuta.
Mestre e doutoranda em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do INTERFACES - Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa: Corpo, Sociedade e Subjetividade.

angelaandrade@unifor.br

Introdução

As expectativas sobre a família e seus membros sempre estiveram no imaginário coletivo, ou seja, há sempre na sociedade uma expectativa e percepção acerca do que é ou como deveria ser o comportamento das famílias. De uma forma geral, tem-se como maior esperança que esta funcione como um espaço caracterizado pela relação de cuidado, aprendizagem de comportamentos afetuosos, de formas de proteção, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, o que deveria promover uma melhor qualidade de vida e a produção de um sujeito mais integrado à comunidade e sociedade em que vive (CARVALHO, 2002).

Entende-se, portanto, a família como um *locus* a ser protegido e que pode vir a fortalecer ou esfacelar as possibilidades de crescimento e potencialidade de seus membros para com a sociedade, logo se faz necessário evitar a naturalização da família havendo a necessidade de compreendê-la como um grupo social dinâmico com momentos de organização-desorganização-organização que interfere e sofre interferência do contexto sociocultural (CARVALHO, 2002).

Morgan (1973) e Engels (2002), como seu leitor, já sinalizam o fato de que a técnica (advento da cultura), utilizada em determinado período da história, guarda estreita relação com a organização sócio-familiar do mesmo momento histórico.

A maneira como a família se organiza é uma importante forma de condução do processo de socialização dos menos experientes e menos vividos de forma a transmitir valores, normas de conduta e orientá-los com o objetivo de produzir sujeitos dotados e conhecedores de seus direitos e deveres no universo tanto doméstico como público. (ROMANELLI, 2002).

Diante do fato, já constatado da modificação mútua entre família, sociedade e cultura, pode-se aferir da importância da mesma na vida psicológica e social de seus membros. Observando-se a escassez de produções neste sentido busca-se com este trabalho a construção de informações sobre o processo de subjetivação dos membros para com sua família de origem em tempos pós-modernos.

A relevância deste trabalho evidencia-se pelo lugar de destaque que nos nossos dias a família contemporânea assume nas políticas sociais e na formação de uma nova sociedade.

Logo se tem como objetivo compreender os modos de subjetivação nas famílias contemporâneas a partir de um resgate sócio-histórico de sua concepção e estruturação.

Natureza e seus legados

Ao se propor uma investigação sobre o tema família o que geralmente emerge como foco de discussão se dá sobre sua origem em compreensões muitas vezes conflitantes entre um estado de natureza e um estado de cultura ou de sociedade, o âmago desta questão está em torno de se procurar um momento na evolução histórica da humanidade no qual as relações humanas estivessem apartadas de qualquer organização social (LÉVI-STRAUSS, 2009).

Ao tomar-se a família como a forma mais rudimentar de organização social, há também presente o interesse na descoberta das inter-relações entre natureza e sociedade, onde se iniciam e onde se entrecruzam, onde uma acaba e a outra começa.

Segundo Lévi-Strauss (2009) estado de cultura e estado de natureza coexistem desde os primórdios das relações entre humanos posto que, mesmo os componentes biológicos que convergem para a união entre a espécie denunciam a construção de uma relação social tendo em vista que o estímulo sexual necessita de outro que o estimule, não subsistindo sozinho.

As respostas dos sujeitos se constituem de uma integração de componentes biológicos e sociais de sua conduta, a cultura não pode ser localizada e compreendida como justaposta e nem superposta à vida (LÉVI-STRAUSS).

Muito embora Lévi-Strauss (2009) de certa forma ignore a separação cultura-natureza, pelo fato de até então não ter encontrado em seus estudos e pesquisas uma significação histórica que pudesse ir de encontro ao seu pensamento, propõe a tomada desta discussão como um valor lógico para possibilitar uma análise ideal. Esta análise permitiria sob alguns aspectos o isolamento entre os elementos de cultura e de natureza para que se faça inteligível algumas noções, tornando-se mais claros alguns dos impactos dessas instâncias em organizações sociais complexas.

Diante desta prerrogativa, Lévi-Strauss (2009) constrói seu crivo de inteligibilidade a partir de duas categorias a universalidade e a regra as quais oferecem um princípio de análise. Pode-se verificar isso na assertiva seguinte.

Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa de cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza. Porque aquilo que é constante em todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem (LÉVI-STRAUSS, 2009, p.45).

Em torno dessas duas dimensões já apresentadas acima, a universalidade e a regra encontra-se o tabu do incesto, o qual apresenta caráter híbrido sendo em parte natural por seu caráter universal presentificado pela interdição de algum tipo de relação, em todas as culturas, e seu caráter cultural anunciado pela sua condição de regra (LÉVI-STRAUSS, 2009).

Sugere-se, portanto, ao contrário de outras perspectivas as quais fragmentam ou priorizam um determinado fator sobre o outro que natureza e cultura como dimensões humanas se interpenetram e constituem-se mutuamente em sua base, demarcando a posição deste trabalho que não aponta uma sobreposição de qualquer uma dessas dimensões em detrimento da outra, em decorrência disso toma-se a organização social, em seu princípio, como uma forma de expressão híbrida estando passando a sociedade a ser incluída em um patamar natural.

Embora essa união entre sociedade e natureza presente na interdição do incesto apresente-se enquanto fundamental é também debitado a ela um caráter transformador: “Antes dela a cultura ainda não está dada. Com ela a natureza deixa de existir, no homem, como um reino soberano” (LÉVI-STRAUSS, 2009, p.63).

Tendo como repercussão a destituição do caráter soberano da natureza é que se pode encontrar, ao longo da história, as construções sociais e as racionalidades que constituíram e codificaram as relações e organizações sócio-familiares.

Retomando o caráter transformador da relação entre sociedade e natureza e a mudança das racionalidades que representam e estruturam os modelos sociais e familiares, ao longo da história, encontramos sustentação e uma aproximação possível com compreensão de mundo apresentada no pensamento complexo de Edgar Morin.

Garcia (2011) disserta muito bem a respeito da noção de emergência no pensamento Moriniano que permite uma melhor compreensão sobre estas mudanças, para ele emergência é uma qualidade que surge da soma das partes, mas que não pode se reduzir as partes, nem se restringir ou ser explicada por alguma delas isoladamente. Uma nova organização se apropria da anterior se transformando, gerando características qualitativamente distintas, este modo de ser depende profundamente do anterior, mas dependendo do anterior para ser, já não é o anterior porque é outra coisa.

Em confluência a esta noção torna-se pertinente retomar as contribuições de Lévi-Strauss quando este se pronuncia sobre o encontro e união entre natureza e sociedade na instituição da proibição ao incesto: “A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados tomados de empréstimo parcialmente à natureza e parcialmente à cultura” (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 62).

Em decorrência desta compreensão, acerca da interpenetração entre natureza e cultura, temos que a interdição do incesto pode ser concebida como um momento da aparição de uma emergência que propõe a superação qualitativa das delimitações entre cultura e natureza, embora tampouco o estado de organização social a partir dela possa ser explicado sem os elementos culturais e naturais.

Diante desta linha de raciocínio serão identificadas e descritas algumas ordens sócio-familiares demonstrando a conexão entre os modelos e a cultura em que subsistem.

Mesmo as categorias de parentesco que não são naturais aparecem conjuntamente aos significantes dos papéis sociais, o que significa dizer que a presença dos nomes referenciais familiares, tais como “pai”, “mãe”, “irmão e irmã”, emergem não enquanto categorias simplesmente e sim com a presença de deveres recíprocos e definidos pela organização social em uma determinada sociedade ou cultura (ENGELS, 2002).

A organização sócio-familiar, os papéis sociais, as estruturas de parentesco e o advento de uma determinada técnica para operar na relação homem-mundo são centrais e mutuamente influenciados segundo o pensamento de Morgan (1973) que compreende as mudanças da técnica como produções da cultura que surgiram diante de uma necessidade de manutenção e sobrevivência da espécie forjada pela experiência empírica, presumindo sempre um caráter evolutivo da técnica.

O que parece ser desprezado na forma de compreensão de Morgan é que a produção cultural, ou seja, a modificação da técnica não opera apenas uma transformação do mundo, mas da forma como o homem experimenta e se relaciona com esse mundo abrindo possibilidades para uma nova experiência não somente da execução da técnica em si mesma, mas também de sentimentos, emoções e significações evocadas abrindo um espaço para reflexões sobre si, produzidas pela nova possibilidade oportunizada pelo avanço da técnica.

Diante do que foi concebido até agora serão apresentadas algumas características gerais dos modelos familiares ao longo da história até o aparecimento do matrimônio monogâmico tendo em vista que este modelo familiar é ainda a referência familiar na contemporaneidade.

A família *Punaluana* apresentava uma organização social pautada no matrimônio por grupos, tinha sua linhagem ligada ao gênero feminino devido à impossibilidade de garantia da prole paterna. Partiu da interdição do incesto entre pais e filhos sendo esta condição ampliada gradativamente para outras relações de parentesco (ENGELS, 2002).

A família *Sindiásmica* apresenta um momento de transição entre o modelo de matrimônio por grupos até a constituição de um modelo de

matrimônio em pares, há neste momento o aparecimento da esposa principal já denotando o caráter de transição presente neste modelo. A prosperidade destas organizações familiares gentílicas possibilitou o avanço rápido da população o que culminou em uma dificuldade devido às restrições de matrimônio produziram a passagem do modelo de matrimônio grupal para o modelo por pares, além dos sintomas sociais como o rapto e a compra de mulheres (ENGELS, 2002).

O casamento por pares traz também como consequência a possibilidade do reconhecimento da linhagem paterna o que juntamente com o processo de divisão social do trabalho, no qual coube ao homem a tarefa de alimentação e desenvolvimento dos instrumentos para alcançar esse objetivo, culminou na mudança da lei de herança que antes girava entorno da linhagem materna. O prestígio social alcançado pelo homem devido seu papel nesta sociedade o permitiu renegociar a estruturação da própria sociedade (ENGELS, 2002).

O aparecimento da monogamia como preponderante nas relações familiares leva a um momento de interiorização da família devido a um processo de concorrência de fidelidades onde a família competia com a comunidade pela fidelidade de seus membros, desta forma o processo de educação familiar e as escolas próximas à casa das famílias foram fundamentais para o processo de estreitamento dos laços afetivos devido ao maior tempo de dedicação que os membros investiam sobre si mesmos (ARIÈS, 2006).

Pode-se dizer, portanto, que o movimento iniciado acima favorece o aparecimento da família moderna que data de 1750, tendo como características marcantes a noção de privacidade, as intensidades emocionais e o planejamento familiar, além de aliada ao espírito da época apresentando um controle dos indivíduos bastante forte, esta característica pode ser observada pela interdição das condutas em geral, sobretudo da sexualidade, se antes havia interdições sobre com quem se poderia ter uma relação sexual agora se tem além desse caráter a necessidade de se obedecer a um tempo correto e a uma forma correta, há, portanto, nesta época uma disputa entre o amor parental e satisfação corporal (POSTER, 1979).

Após terem sido apresentadas as características da família moderna é que se tem mediante as produções e expressões sociais da contemporaneidade muitas vezes o questionamento desses valores instituídos como forma de relacionar-se. A importância da caracterização da sociedade pós-moderna vem oportunizar a percepção das influências em relação à maneira como as famílias nos dias atuais e por consequência seus membros são atravessados por este novo tecido social.

Pós-Modernidade – Identidade ou Crise?

Embora existam divergências a respeito sobre se estar vivendo outra estrutura social ou não, é inegável, e nisso há a concordância de grande parte dos pensadores da contemporaneidade (Giddens, Bauman, Connor, Jameson, Lyotard, Hall etc.), a presença de crises no momento histórico atual, restando à posição de compreendê-las como refratárias ao momento moderno sendo assim pertencentes a ele, ou organizadas em um movimento de identidade própria do momento em que se vive atualmente, que se constitui de forma distinta e diferente do modelo anterior.

O projeto iluminista inaugura o momento histórico compreendido como modernismo, este momento se caracterizava por um projeto que contemplava um mundo social estável partindo de uma identidade única e integrada (HALL, 2000).

A modernidade adotou como principais preceitos a razão e a ciência na intenção de atingir o progresso que se daria pela reordenação da natureza e da sociedade de forma que se pudesse chegar à condução de um caminho satisfatório para todos. A satisfação seria alcançada pela felicidade e segurança produzida pelo conhecimento (FRIDMAN, 2000).

A sociedade moderna se apresentava sob os ideais de beleza, limpeza e ordem, sendo o último o mais preponderante e primordial na medida em que se percebe que as noções estéticas e assépticas estão sob a égide de uma ordem social anterior a sua própria constituição (BAUMAN, 1998).

Dessa forma entende-se que a base de sustentação da modernidade era a noção de ordem, dentro dessa lógica percebe-se o antagonismo presente no modernismo entre a segurança e a liberdade. A lógica da razão e da ciência que ordenavam o mundo oportunizou um estado de disciplina e obediência onde não haveria espaço para hesitação ou indecisão diante de qualquer regulamento estabelecido, um estado de segurança que dificilmente era desprezado em detrimento da liberdade individual (BAUMAN, 1998).

Sob estas diretrizes sociais o iluminismo, portanto a modernidade apresenta uma compreensão de sujeito pautada em uma identidade individual completamente centrada, unificada, sendo dotado de razão, de consciência e de ação, acreditando na existência de um núcleo interior fundado no nascimento do indivíduo e que se desenvolve com ele ainda que permaneça essencialmente o mesmo, logo contínuo e idêntico a si mesmo (HALL, 2000).

Após essa breve caracterização da modernidade, passa-se uma descrição mais ampla da pós-modernidade posto que seja sob as repercussões dos princípios que compõem o cenário pós-moderno nas famílias contemporâneas que se tem o foco deste trabalho.

Antes de se apresentar algumas proposições sobre a pós-modernidade acredita-se ser pertinente trazer a compreensão de Kaplan (1997) afirmando a impossibilidade de se produzir um discurso que venha a contemplar todas as possibilidades da pós-modernidade.

Devido à infinidade de campos e saberes ao qual o movimento pós-moderno está inserido se fixará sua caracterização sobre as temáticas mais recorrentes estando contempladas nas investigações dos pensadores contemporâneos e que o percebem e constituem de uma forma mais geral.

Em Kaplan (1997), tem-se que o ponto de encontro entre as diversidades de manifestações pós-modernas está no movimento de distanciamento das teorias totalizantes e universalizantes anteriores.

O aparecimento de uma gama de novos fenômenos os quais as antigas racionalidades já não dão conta produz um distanciamento das antigas explicações tradicionais, o surgimento da globalização, das comunicações instantâneas, da ação à distância e a difusão em massa de informações denunciam a necessidade de se operar de outra forma para a compreensão do mundo.

A condição pós-moderna vem solapar tudo o que era sólido e seguro no contexto moderno: as classes e instituições sociais, a coletividade, as cidades e demais configurações. Há, portanto, a necessidade de refletir-se sobre as novas configurações e funções que estão sendo produzidos por esta condição (FRIDMAN, 2000).

Giddens, Bauman, Fridman, Connor, Kaplan, Jameson e Lyotard apresentam distinções em sua forma de abordar e compreender a condição pós-moderna muito embora concordem na análise de que a contemporaneidade é atravessada e marcada por uma alteração da experiência do tempo e do espaço sendo esta distinta da vivenciada nas ditas sociedades modernas.

A crise presente pela deficiência e decadência do esquema de racionalidade unificador e hegemônico pode ser entendida como o que Lyotard (1998) vai chamar de falência das metanarrativas que tinham como função a validação do conhecimento científico, há segundo ele a produção de uma nuvem de especialismos os quais não podem ser organizados dentro de uma mesma linha comum devido ao deslocamento do objetivo a ser alcançado saindo da busca pela *verdade* para a busca por uma *performatividade* a qual indica uma maior eficiência.

O que parece haver de mais crucial na transformação da modernidade ou em sua crise é uma espécie de exacerbação da racionalidade. A inundação de informação, da racionalidade, da descoberta e da invenção oportunizou um mundo em descontrolado (GIDDENS, 1990).

O processo de disseminação da reflexão deu condições para um movimento de autocompreensão apresentando a valorização de uma consciência prática distinta de uma consciência pura inaugurando uma cultura encharcada de ceticismo, sendo possível encontrar o desacordo e a crítica permanente como marcos da sociedade atual (FRIDMAN, 2000).

As instituições sociais que antes balizaram a organização da sociedade agora se abriram para novas possibilidades e inquietações, agora as instituições tradicionais, antes reconhecidas como *oraculares*, já não mais fornecem subsídios que dão sentido a continuidade de determinadas práticas e representações levando os indivíduos e grupos a se conduzirem a partir de uma reordenação reflexiva (FRIDMAN, 2000).

Esta reorganização se dá em momentos de crise pela necessidade de transpô-la acreditando que os esquemas e modelos anteriores não são suficientes para dar conta e responder a demanda emergente de forma satisfatória, sobre isso temos que, segundo Morin (2005), em certos momentos a vida social exige que nos comportemos como máquina trivial, nos conduzindo de forma previsível e rotineira (automatismo), contudo quando experimentamos a incapacidade de alcançar determinados fins devido ao automatismo da conduta, passamos a nos comportar de maneira não trivial. Ou seja, em momentos de crise funcionamos de forma distinta e diferenciada, agimos de maneira imprevisível (MORIN, 2005).

O que são os momentos de crise senão o aumento da presença da incerteza, do acaso, do complexo. Em momentos de crise temos de deixar de lado o "programado" e inventar estratégias para transpô-la, ou seja, por vezes temos que "abandonar soluções que remediavam as antigas crises e elaborar novas soluções" (MORIN, 2005).

A condição apresentada é anunciada por Connor (1992) como sendo a pós-modernidade uma época de crises da legitimidade de qualquer conhecimento, em Giddens (1990) ao dizer que a racionalidade advinda do grande contingente de informações da sociedade contemporânea afeta tanto os agentes (pessoas, indivíduos) como as instituições dessa sociedade (família, trabalho, conhecimento). Em adição também sugere, que um processo de radicalização do conhecimento, que agora não é mais uno e sim múltiplo e concorrente, é a razão pela qual se formam os novos ativismos políticos.

Todos esses acontecimentos relativos a este momento histórico anunciam que as antigas identidades que por um vasto período de tempo organizaram e estruturaram o mundo social apresentam-se em total declínio, possibilitando o surgimento de novas identidades e fragmentando o indivíduo, fenômeno conhecido como descentramento (HALL, 2000).

Hall (2000) coloca que mudanças estruturais estão transformando a sociedade e fazendo as antigas identidades tradicionais entrarem em colapso, tal proposição encontra a fragmentação dos movimentos sobre o gênero, sexualidade, etnia, raça que antes eram solidas referências, esses

movimentos segundo Giddens (1990) pelos processos de autoconsciência e radicalização dos conhecimentos obtidos (já citados anteriormente) produzem uma movimentação política, além de uma reflexão e crítica à própria identidade e essência dessas noções sociais.

Toda essa conjuntura social pela qual atravessa a pós-modernidade estando cercada por esse ambiente de crise propiciou o aparecimento do especialista enquanto figura central, estando sob sua égide a confiança e a fé que regulam os hábitos cotidianos e íntimos, como amor, sexo, maneiras de vestir e relação com o trabalho (GIDDENS, 1990).

O processo de identificação através do qual nos projetávamos e nos reconhecíamos em nossas identidades culturais tornaram-se provisórios, variáveis e problemáticos, o sujeito pós-moderno é compreendido como aquele que não tem uma identidade fixa, essencial e muito menos permanente, desta forma este pode assumir identidades diferentes em momentos diferentes sem que estas se unifiquem de forma coerente (HALL, 2000).

Não se pode é claro deixar de citar o fenômeno da globalização como um grande exemplo dessas novas relações entre tempo e espaço que se apresentam na contemporaneidade se opondo as antigas relações estruturadas pela experiência das ditas sociedades tradicionais, Giddens (1990) cita como exemplos dessa nova relação o ritmo e o alcance das mudanças que ocorrem hoje no mundo.

“A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (GIDDENS, 1990, p.37-38). No entanto, as sociedades contemporâneas são caracterizadas pela diferença, sendo atravessadas por múltiplas divisões, antagonismos e segmentos produzindo uma variedade de posições que o sujeito pode assumir, ou seja, uma diversidade de identidades que podem ser tomadas (HALL, 2000).

Há nessas sociedades um maior espaço de negociações subjetivas tendo em vista o caráter múltiplo e polifônico atual passando por uma transformação da própria intimidade (GIDDENS, 1993). O que com alguma base de certeza parece se confirmar é que o movimento de racionalização trouxe uma perspectiva de auto-entendimento que se justifica com base na própria experiência singular e concreta do indivíduo.

A reflexão sobre sua própria identidade e o movimento de busca por tal identidade conflui juntamente a uma dimensão política na qual ao descobrir-se diferente dos papéis sociais presentes nas sociedades tradicionais e que anteriormente eram ordenados pelas instituições sociais tradicionais oportuniza um movimento de emancipação, mesmo que temporária, de reivindicação de um modo de presença no mundo, distinto, singular e nem por isso menos concreto.

Os movimentos políticos e de identidade, nesse sentido, parecem estar vinculados à construção de um espaço e de um direito de existir, fazendo emergir novas problemáticas e exigindo constantemente uma reordenação social.

Diante de tudo o que foi dito, acredita-se ter sido explorado de forma satisfatória e que se tenha identificado os princípios fundamentais da sociedade contemporânea que norteiam sua organização, tais princípios serão retomados em seus impactos sobre as famílias contemporâneas e em seus membros incidindo em sua construção subjetiva.

Família e Individualidade

Nesta nova etapa do trabalho, tem-se como cerne as relações entre a família contemporânea e seus membros fazendo um esforço de compreensão dos vetores os quais influenciam e compõem o campo de atividades e interações que os produzem mutuamente e de forma correlacionada.

Falar sobre esta relação é discutir e colocar novamente em pauta o que já vem sendo feito ao longo deste trabalho. Estará aqui se discutindo, portanto, acerca dos entrecruzamentos entre externo e interno, cultura e indivíduos, entre sociedade e família, entre família e seus membros, entre eu e o outro.

A questão a ser trabalhada se dá em como os elementos da apresentada sociedade contemporânea dita pós-moderna atravessam e também se constroem a partir do contato entre indivíduo e sociedade, questão esta sempre relevante nos estudos das ciências humanas em geral e principalmente da psicologia.

Gonzalez Rey (2012) ressalta que a história da psicologia tem sido marcada por dificuldade de definições teóricas e presença de dicotomias que em certa medida parecem indissolúveis tendo predominado até o início do século XX uma fragmentação entre o conhecimento social e conhecimento psicológico.

Dessa forma, apoiando-se no desenvolvimento da psicologia soviética e no aparecimento de outros conhecimentos até então não estruturados de forma ampla, como a cibernética, linguística, filosofia da linguagem, Gonzalez Rey (2012) defende uma superação da dicotomia indivíduo sociedade. Aliada a essa concepção proposta por ele toma-se também a noção de intersubjetividade de uma perspectiva fenomenológica como possibilidade de compreensão das vicissitudes da contemporaneidade e justificativa da possibilidade de mútua influência e coexistência entre o social e o individual, entre eu e o outro.

Nos conceitos de sentido e de experiência emocional (*perezhivanie*) produzidos por Vygotsky encontra-se a possibilidade de defesa que o significado do social para o desenvolvimento das pessoas não depende exclusivamente de uma influência externa sendo construída através de como estas manifestações são percebidas e significadas a partir da estrutura de personalidade das pessoas no momento em que vivem essa experiência (GONZÁLEZ REY, 2012).

De posse dessa noção entende-se que as noções apresentadas acima podem auxiliar um posicionamento a respeito de uma superação das cisões e dualismos referentes às dimensões do interno-externo, social-individual, cognição-emoção, mente-corpo, bem como para afirmar que a formação social do ser humano é marcada por constantes transformações qualitativas e por processos de criação.

O Social não é externo ao ser humano, o caráter simbólico dos processos sociais nas condições da cultura representou um momento novo e diferenciado no funcionamento psíquico humano, que permitiu que a psique humana transcendesse aos sinais do ambiente e se tornasse um sistema gerador das próprias realidades em que ela se configura e desenvolve. Nesse Processo emergiu uma nova qualidade exclusiva dos processos humanos na qual o simbólico se integra com o emocional num processo que compreende toda experiência humana como um 'sentir' produzido a partir do qual se rompe radicalmente o determinismo do externo sobre o interno que tem caracterizado a psicologia por um longo tempo (GONZÁLEZ REY, 2012, p.170).

Em adição ao que já foi dito acredita-se serem importantes as contribuições a partir de uma compreensão fenomenológica apresentando a intersubjetividade como condição de existência do eu e do outro, portanto como condição de existência da realidade e da sociedade.

Diante disso, está se trabalhando necessariamente com as operações da consciência e como através delas conhecemos o mundo e ao mesmo tempo criamos uma noção de eu. Segundo Villela-Petit (2001) o método fenomenológico apresenta-se como possibilidade de compreensão do mundo através da consciência, constituindo o sentido de tudo que se apresenta a nós por uma atitude antinatural e tendo como noção central o princípio de intencionalidade de Franz Brentano.

O princípio de intencionalidade de Brentano apresenta-se enquanto uma condição de coexistência entre objeto e consciência, a existência de ambos está demarcada pela sua relação, há necessariamente um objeto que se revela para uma consciência e uma consciência que doa sentido ao objeto que se revela.

Entendendo o movimento intencional da consciência para o objeto é que se pode pensar a relação intersubjetiva enquanto condição de existência da realidade enquanto convenções ou “acordos”, mas também do eu e do outro. Segundo Villela-Petit (2001) é somente a partir de uma consciência transcendental (operada pelo método fenomenológico), de uma *epoché* que se pode chegar à experiência de como o outro me afeta, conferindo a mim a possibilidade de perceber o que de *mim* e em *mim* só adquiriu sentido graças a minha relação com os outros.

Mesmo que o parágrafo acima fale de uma perspectiva de contato entre o eu e o outro há ainda uma questão relevante a ser discutida ante esta perspectiva, esta se faz presente pela discussão de como se constroem as convenções e a realidade objetiva, entendendo que todo o meu contato com o mundo é estruturado segundo a minha doação de sentido e significado é autocentrado nas minhas experiências individuais.

Em torno da questão suscitada acima, entende-se que as experiências vividas por mim só podem ser significadas por mim, segundo minha forma de produzir sentido sobre elas e sob a minha percepção, porém existe algo que é inacessível a mim que se dá na experiência do outro, portanto, existe algo que é diferente de mim e de todas as minhas experiências, mas que está disponível no campo apenas podendo entrar-se em contato ou ser apresentado a mim pelo outro, “vivo meu corpo, mas não posso viver nenhum outro corpo como se fosse o meu” (VILLELA-PETIT, 2001, p.135).

“Só pela experiência de um eu alheio, de um outro eu, o eu tem verdadeiramente acesso ao que transcende absolutamente seu próprio ser isto é a um mundo objetivo” (VILLELA-PETIT, 2001, p.135). Dessa forma percebemos que a presença do mundo objetivo parte de uma convenção entre as experiências vividas entre o eu e o outro, a minha experiência naquilo que outro me apresenta de sua experiência (em sua enunciação) neste espaço de negociação é que se produz a realidade objetiva que nem é a experiência do outro propriamente dita e nem se faz pela minha experiência pura já que o outro apresenta algo que o eu sozinho não teria condições de acessar.

A realidade objetiva, portanto, parece apresentar-se enquanto uma interseção de *lebenswelts*, não estando disponível sem a presença do outro, a realidade do eu e do outro só se apresentam em seu caráter mútuo e relacional sendo dimensões coexistentes. “[...] a experiência do outro é considerada como decisiva para que o sujeito alcance o mundo objetivo” (VILLELA-PETIT, 2001, p.135).

Ao desdobrarmos os possíveis elementos ocasionados diante dessa tessitura e que os referenciais acima esclarecem de que forma a composição social interfere na subjetividade tem-se que o acúmulo de conhecimentos, a

veiculação da informação e a relação com um mundo em constante mudança permitiram uma nova relação com as dimensões de espaço e tempo oportunizando e participando do aparecimento de fenômenos como a globalização e a expansão tecnológica.

Em torno das relações entre os elementos acima apresentados é que se percebe o aparecimento de uma noção muito cara e central a pós-modernidade, esta noção segundo Vieira e Stengel (2012) é a liberdade sem a qual seria impossível pensar o sujeito pós-moderno.

Em um contexto de mudanças constantes, de crise de legitimidade, de contato e aparecimento com demandas as quais a experiência tradicional não tem uma performatividade satisfatória na forma de lidar com mundo, as respostas não são mais convocadas pela sabedoria da experiência do passado, surge na contemporaneidade a união entre a experiência atual vivida pelo indivíduo e a produção de conhecimento para a administração de sua própria existência.

Parece ser indiscutível mediante as ideias apresentadas até então que o movimento de autonomia e liberdade apresenta-se enquanto possibilidade na contemporaneidade devido a um processo de reordenação da razão e reflexividade, propiciados pela democratização da informação, que se desdobraram na possibilidade de operar não só sobre a sociedade, mas também sobre a identidade individual abrindo espaços para modos de ser e de presença no mundo. Em decorrência do que foi dito é que Vieira e Stengel (2012, p. 356) acreditam que “a pós-modernidade traça como caminho para a construção da identidade o exercício da liberdade”.

O mundo pós-moderno demanda muitas vezes uma capacidade de adaptação quase que constante o que pode desembocar em uma dificuldade para a construção de uma identidade sólida. De posse desses fatos não se torna difícil compreender a razão pela qual grande parte dos distúrbios que levam os sujeitos para os especialistas psi em busca de ajuda são problemas que estão vinculados à própria manifestação da identidade, por exemplo, os transtornos alimentares, os distúrbios narcísicos de personalidade e os transtornos relacionados à dicção, o que parece ser relevante observar não é o ineditismo da aparição desses casos, mas sim a sua constância e volume (VIEIRA; STENGEL, 2012).

Ainda na perspectiva de produções subjetivas e fazendo dialogar Bauman (1997) e Jameson (1997) encontramos duas características na estruturação das personalidades contemporâneas que em suas relações parecem demarcar bem as exigências sociais atuais, estes traços de personalidade se evidenciam na necessidade do descarte constante devido à desatualização do conhecimento produzido pela experiência anterior sempre sendo alvo de críticas (pastiche) e num transitar permanente em uma espécie de eterno presente estando vinculada sempre a vivência da experiência imediata.

Sendo a liberdade como visto até agora marca fundamental para o indivíduo pós-moderno e a expressão de sua liberdade ou a forma como opera com ela característica central de sua identidade ainda que móvel, deve-se refletir um pouco acerca do exercício dessa liberdade no indivíduo contemporâneo para melhor compreendê-lo.

Decorre do dito acima que o enaltecimento da liberdade individual compõe um quadro social de valorização de traços narcísicos de personalidade (JÚNIOR, 2011), as questões narcísicas aparecem acentuadas neste momento histórico devido a toda uma conjuntura social peculiar à contemporaneidade que permite, delibera e estima a produção do novo e a obliteração das tradições estando os limites sociais sempre em um processo de construção e reconstrução.

O indivíduo torna-se um agente social ativo na construção de políticas de emancipação e de vida lutando pela produção de um espaço de expressão, de um modo de se viver no mundo, assegurando sua possibilidade de auto-realização, estando vinculado o exercício de sua liberdade no movimento para a conquista da felicidade obtida na autonomia de poder ser a si mesmo, encontramos na pós-modernidade, ao contrário de em outros momentos históricos, uma necessidade de viver o imediato no exercício de sua liberdade enquanto condição para a auto-realização (FRIDMAN, 2000).

Ultrapassa-se o limite da experiência anterior em nome da auto-realização através do exercício da liberdade, sequência de vivências muitas vezes tão rápidas e próximas umas as outras que pode se pensar a respeito de que em algum momento exista a falta de atribuição de sentido, significado e simbolização das mesmas, uma espécie de fetiche da vivência.

A busca interminável por novas experiências pode vir a se tornar patológica em alguns casos, estruturando-se através de um caráter compulsivo. Pode-se observar, portanto, o aumento nos casos de todos os tipos de compulsão desde já citados transtornos alimentares até compulsões por sexo, compras ou jogos, além do aparecimento de novos transtornos que podem ser exemplificados pela compulsão por exercícios físicos e cirurgias plásticas (JÚNIOR, 2011).

A constante necessidade de expansão da liberdade em nome da felicidade se traduz na superação, transposição e enfrentamento dos limites, segundo Vieira e Stengel (2012) qualquer intervenção nessa ordem é tomada como um grande obstáculo e causa de sofrimento.

Todas essas modificações podem ser observadas na tendência a mudança dos laços entre pais e filhos, na sexualidade, e nas relações de amizade pautadas pelos padrões de autonomia (FRIDMAN, 2000).

A respeito disso, toma-se como fundamental a necessidade de se discutir dois elementos os quais segundo Romanelli (2002) estruturaram e ordenaram o cenário doméstico não sendo possível falar de família sem mencionar as questões referentes à autoridade e poder familiar.

A família e sua forma de organização constituiu-se como um elemento relevante no processo de socialização de seus membros por meio da transmissão de valores, normas e modelos de comportamento, tendo estes a função de torná-los integrantes do universo doméstico e do público. A composição da instituição familiar, ainda hoje é caracterizada como sendo fundada pelos laços de parentesco advindos das relações de aliança (casamentos) e por vínculos de consanguinidade (ROMANELLI, 2002).

As relações de parentesco se ordenam e organizam por princípios hierárquicos constando de direitos e deveres específicos, porém desiguais estabelecidos pelas relações de autoridade e poder (ROMANELLI, 2002). A racionalidade encontrada para o estabelecimento da regulação familiar até então parece ser ainda herdeira das características da família burguesa descrita por Poster (1979), com a ajuda das contribuições de Ariès (2006) identifica-se que essas se estruturam sobre as características de gênero e faixa-etária sendo a partir daí que se configuravam os papéis sociais dos indivíduos.

Entendo a posição central da relação entre as categorias faixa-etária e gênero e que sob sua égide estava a noção de família, tendo em vista que as relações familiares entre os seus membros se organizavam em torno dessas características, se faz importante distingui-las para compreender melhor de que forma operam no seio familiar.

A autoridade traz em seu bojo comando e obediência, seu exercício se dá pela aceitação de mandos os quais são considerados como legítimos, pois se fundam na experiência anterior a qual é incontestável, já o poder envolve

a imposição da vontade de alguém sendo utilizada pela força, persuasão, negociação, barganha (ROMANELLI, 2002).

A autoridade reporta-se a experiências comuns vividas no passado e seu exercício visa preservar posições hierárquicas já estabelecidas e que fazem parte da tradição de comando no interior de um grupo ou associação. Já as relações de poder se manifestam no confronto com o instituído e abrem caminho para se transformarem até mesmo se subvertendo a posições tradicionais de comando (ROMANELLI, 2002).

A autoridade na família se desempenhava através das ações dos genitores os quais tinham seu saber ancorado nas situações efetivamente vividas por eles, e também através de relatos e informações que eram incorporadas por eles sendo confiáveis por se legitimarem na tradição, as ações de autoridade na família operavam com o objetivo de encontrar soluções para os distintos problemas apresentados no cotidiano. Dessa forma o genitor projetava no futuro o saber adquirido no passado (ROMANELLI, 2002).

No entanto, deve-se refletir que a organização familiar não apartada de uma sociedade sofre os impactos das mudanças socioculturais desta forma entende-se que a rapidez das mudanças, os múltiplos conhecimentos, o estado de insegurança ontológica, a democratização da informação, o auto-exame, a potencialização da liberdade, o imediatismo e a transposição dos limites trabalham de forma a dinamizar as diretrizes familiares proporcionando mudanças.

O saber acumulado dos genitores que funcionam como representantes instituídos pela tradição se mostram inadequados em face às novas situações que não foram vivenciadas e experimentadas por eles e nem por seus antepassados (ROMANELLI, 2002). A presença de um contexto de hipervelocidade e de descentramento de uma referência única abre espaço para negociações deslocando o centro referencial da família antes presente no subsistema parental para uma possível referência exterior presente no grupo de pares (amigos) os quais experimentam sensações mais semelhantes e com algum acordo com as necessidades atuais.

Em decorrência disso observa-se um momento da sociedade atual em que segundo Mead (1971 *apud* Romanelli 2002) ocorre uma espécie de inversão dos padrões familiares atuais estando os filhos muitas vezes responsáveis por transmitirem aos pais novos saberes e modelos de comportamento o que é denominado por ela como cultura pré-figurativa.

Ora, se foi constatado que a forma de estruturação familiar se dava em torno da autoridade e do poder e que as configurações da sociedade contemporânea parecem sugerir uma fragilização ou esmaecimento dos limites e da posição de autoridade torna-se oportuno pensar sobre que vicissitudes emergem como possíveis a partir de um reordenamento da família em torno da barganha, da negociação e da força (não a entendo somente eu seu aspecto físico) propiciada pelo poder presente nas relações.

Sobre o futuro da família nos diz Romanelli (2002) que a compreensão obtida a respeito do saber dos genitores na sua perda de eficácia devido às experiências e respostas desatualizadas não se faz mais congruente com um presente pautado em mudanças intensas e rápidas, logo parece haver uma tendência a que a hierarquia existente na família possa ser substituída gradativamente por vínculos menos autoritários com possibilidades de negociação de si para si.

“O projeto reflexivo de construção do eu, em que a identidade se erige através do auto-exame, permite a abertura do eu para o outro [...]” (FRIDMAN, 2000, p.77). Ao centrar em si e investir sobre o conhecimento de si mesmos os indivíduos passam a se interessar pela boa compreensão de

sua constituição emocional e pela comunicação dos afetos dirigidos aos outros, sendo assim possibilitam uma comunicação direta abrindo espaços de negociação subjetiva a respeito de suas aspirações e realizações pessoais.

Considerações Finais

Gostaríamos de iniciar essa reflexão ressaltando as dificuldades de se trabalhar sobre temáticas atuais entendendo que a contemplação dos fenômenos que a compõem apresenta-se ainda de forma muito dispersa sendo necessário um grande esforço para compor o quadro a partir das vicissitudes contemporâneas, e ainda assim correr-se o risco de deixar muitos elementos de fora.

Agora, livres da ressalva já feita acima, podemos dizer que este trabalho propõe uma compreensão da família, dos indivíduos e da sociedade de forma não naturalizada entendendo suas mudanças e mutuas influências ao longo do passar dos anos e momentos históricos apresentando a superação de algumas dicotomias que sob outras perspectivas parecem ser insolúveis, dentre elas citamos a tomada da sociedade enquanto elemento da natureza e a superação da divisão entre indivíduo e sociedade.

Com a chegada da contemporaneidade apresentada em seu caráter de destituição de referências centrais, crises de identidade onde se tem como consequência a não instituição de tarefas aos papéis sociais é que se abre espaço para uma liberdade de escolha, ou mesmo certa confusão no desempenho das funções culturais e familiares pelos atores sociais.

Uma tese central também discutida aqui por nós se deu em torno da democratização da informação e da exacerbação da racionalidade como sendo o princípio fundamental da pós-modernidade estando este presente em todas as suas manifestações, seja na polifonia dos discursos especializados, seja na produção de segmentos políticos pela desconstrução das identidades tradicionais, seja na modificação das relações de confiança saindo de relações concretas para abstratas operacionalizadas pelos sistemas peritos.

Ainda sobre o parágrafo acima acreditamos encontrar mesmo na revolução tecnológica os efeitos da expressão dessa racionalidade e do excesso de informação estando estes mesmo na base da produção dos próprios saberes que possibilitaram tal revolução, além de desencadear também modificações espaço-temporais incluindo seus efeitos de globalização.

Aparentemente seguindo a tese central da racionalidade e da veiculação em massa da informação podemos perceber que o próprio projeto iluminista o qual pensava a razão enquanto o componente que operaria sobre o mundo para dar felicidade e satisfação ao homem findou por acidentalmente produzir o auto-exame e a reflexão sobre si oportunizando transformações no próprio homem e em sua identidade, trazendo não uma ordem harmônica ao mundo, mas princípios de ordem heterogêneos, concorrentes e coexistentes. Em decorrência disso podemos dizer que de certa forma a continuação e o seguimento do projeto moderno deu as condições de possibilidade para a pós-modernidade.

A valorização da informação e do conhecimento legou ao pensamento um caráter perigoso, repercussão a qual gostaria de destacar, a sua contínua produção e criação concebe também outro lado de destituição e promoção de falências institucionais estando incluídas as próprias noções de identidade pessoal que referenciavam o sujeito e balizavam sua relação com o mundo.

A familiaridade cada vez mais deixa de existir estando presente sempre o novo, ou a busca pelo novo. Se antes tínhamos a tradição como uma forma de operar no mundo e de se relacionar com o tempo e o espaço, temos hoje como forma de manejo a experiência individual obtida pela potencialização da liberdade, devido à possibilidade de se apoiar na própria experiência individual que valida a si própria enquanto conhecimento obliterando as tradições em nome do reconhecimento e da hierarquização do atual sobre o antigo, além de se alicerçar também no direito de ser em nome da auto-realização.

Desta forma em comparação com a modernidade encontramos mudanças de valores éticos, estéticos e a respeito da questão do conhecimento. Diante destas mudanças temos a organização familiar que durante muito tempo se estruturou sobre os preceitos de autoridade e poder se pautando nesse novo momento como tendo princípio organizador apenas as relações de poder as quais são legitimadas pelo processo de validação do conhecimento, portanto, temos o espaço da autoridade em um processo de falência.

A destituição da autoridade parental aparece como fator propiciador de um avanço da comunidade sobre a família, os valores de uma comunidade pautada nas referências abstratas construídas por sistemas peritos legitimados no saber atualizado questionam a posição do saber tradicional e a instituição do subsistema parental como lugar de comando.

Diante de tudo o que se apresentou neste trabalho e nas leituras feitas para a construção do mesmo, acreditou-se ser recorrente um tom apocalíptico e nostálgico a respeito de nossa época, acredito, no entanto, que tais transformações sociais representam um momento no qual a vida se apresenta da forma que quer ser vivida, o que não significa nada essencialmente bom ou ruim se não um evento perigoso e arriscado da existência que certamente nos lança a repercussões das quais muitas, talvez acidentais, produzirão novas formas de vivermos, existirmos e nos relacionarmos.

Sobre o artigo

Recebido: 23/09/2013

Aceito: 15/02/2014

Referências bibliográficas

ARIËS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Ltc, 2006.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CARVALHO, M. do C.B. O Lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002, p. 14-22.

CONNOR, S. **A Cultura pós-moderna: introdução as teorias do contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

- FRIDMAN, L. C. **Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- GARCIA, S. N. O. La Metamorfosis de la humanidad en la era planetaria y la emergencia de la antropolítica. **Revista de relaciones internacionales, estrategia seguridad**, v. 6, n. 2, p.139-161 Dec. 2011.
- GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.
- GIDDENS, A. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- GONZÁLEZ-REY, F. L. O Social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **ECOS**, v. 2, n. 2, p.167-185. 2012.
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JAMESON, F. O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, E. Ann (Org.). **O Mal-estar no pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 25-44, 1997.
- JÚNIOR, M. G. P. Subjetividade e personalidade na contemporaneidade. **Biblioteca virtual fantásticas veredas**. p. 1-18, 2011.
- KAPLAN, E. **O Mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LYOTARD, J.-F. **A Condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1998.
- MORGAN, L. **A Sociedade primitiva**. Porto: Editorial Presença, 1973.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, p.73-88, 2002.
- VIEIRA, E. D.; STENGEL, M. Individualismo, liberdade e insegurança na pós-modernidade. **ECOS**, v. 2, n.2, p. 345-356. 2012.
- VILLELA-PETIT, M. P. A intersubjetividade de um ponto de vista fenomenológico. **Psicologia clínica**, v. 13, n.2, p.131-143. 2001.